

Referenciação Discursiva e Terminologia em Entrevista da Mídia Impressa

Janayna Bertollo Cozer Casotti¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil

janaynacasotti@uol.com.br

RESUMO

Neste artigo, objetiva-se verificar as relações entre as formas de referenciação discursiva e a terminologia de uma área de especialidade, por meio da análise de entrevista publicada na revista *Isto é*. Para tanto, serão considerados, na fundamentação teórica, os conceitos de referenciação discursiva, conforme os estudiosos da Linguística Textual; e também os de Terminologia, de acordo com os teóricos da área.

0 INTRODUÇÃO

Os processos de referenciação discursiva são responsáveis pela construção de objetos-de-discurso que contribuem para a articulação de um *projeto de sentido*. Entendidos dessa forma, na produção discursiva de entrevista de divulgação científica, tais processos podem movimentar um léxico especializado, relacionado à terminologia da área. Assim, partindo dos conceitos de referenciação discursiva, conforme Mondada e Dubois (2003), Koch (2005, 2006), Cavalcante (2005) e Monnerat (2006); e também de Terminologia, conforme Pavel e Nolet (2002), Krieger e Finatto (2004), buscar-se-á verificar como se instauram as relações entre as formas de referenciação discursiva e a terminologia de uma área de especialidade, por meio da análise de entrevista que o pesquisador paulistano Miguel Nicolelis concedeu à Celina Côrtes e que foi publicada na revista *Isto é*, em fevereiro de 2007.

1 REFERENCIAÇÃO DISCURSIVA

Contrariamente à perspectiva que entende a língua como espelho do real em adequação total ao mundo, sustenta-se, aqui, uma concepção de língua como interação. A relação língua x mundo não pode ser vista como uma fórmula pronta a ser univocamente recebida e reproduzida nas práticas linguísticas, como se o mundo estivesse precisamente definido e demarcado. Não faz mais sentido falar em referentes do mundo, se se entende que os sujeitos estão no centro da atividade discursiva, manipulando o desenvolvimento de objetos-de-discurso.

Para Mondada e Dubois (2003) [1], embora a questão da referência tenha sido historicamente concebida como um problema de representação do mundo em termos de verdade e correspondência, essa questão deve ser deslocada para um tratamento que privilegie a relação intersubjetiva e social, na qual versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos sujeitos enunciadorees. Segundo as autoras, não se trata mais de interrogar sobre como o mundo é representado de modo adequado, mas de como as atividades humanas, linguísticas e cognitivas estruturam e dão sentido ao mundo. (Cf. MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 18-20)

Por essa razão, as autoras passam a utilizar o termo *referenciação* para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante de práticas simbólicas complexas, que não estão associadas a um sujeito cognitivo abstrato e ideal, solitário face ao mundo, mas à construção

de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade de negociações e modificações de concepções públicas e individuais do mundo.

Os referentes textuais não são objetos do mundo, mas sim objetos-de-discurso, que não se confundem com a realidade extralinguística, mas que a reconstruem no próprio processo de interação. Isso acontece não somente pela forma como se nomeia o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente se interage. A referenciação realiza-se no discurso, no momento em que o sujeito dá sentido ao mundo, construindo discursivamente os referentes (ou objetos) a que faz referência.

Considerando, pois, a referenciação como atividade discursiva, em que o locutor, em vista de seu projeto comunicativo, faz escolhas significativas, a fim de concretizar sua *proposta de sentido*, podem ser localizadas, dentre essas escolhas do sujeito, as formas de referenciação. (Cf. KOCH, 2006, p. 123-124) [2]

A esse respeito, Cavalcante (2005, p. 126-132) [3] aborda os casos de introdução referencial e de anáfora em sentido amplo. Para a autora, as introduções referenciais apresentam um objeto-de-discurso, sem que haja um elemento co-textual que lhe sirva de âncora, enquanto as anáforas introduzem uma expressão referencial com algum tipo de ancoragem no texto. Koch (2006, p. 127) designa as introduções referenciais e as anáforas como processos de ativação não-ancorada e de ativação ancorada, respectivamente. Tal como Cavalcante, Koch explica que, nos processos de ativação não-ancorada, introduz-se um objeto-de-discurso totalmente novo no texto; e nos de ativação ancorada, introduz-se um novo objeto mediante algum tipo de associação com elementos presentes no texto.

Dentre os casos de ativação ancorada, Koch (apud Cavalcante, 2005, p. 128) faz referência às anáforas co-referenciais e não co-referenciais, incluindo entre estas últimas as anáforas indiretas com os subtipos: mais associativas, em que são selecionados termos de um mesmo campo lexical, permitindo a construção de referentes por meronímia; mais inferenciais, que se estabelecem por uma relação indireta construída inferencialmente e não por critérios de base semântico-lexical; e as anáforas encapsuladoras.

De modo particular, as anáforas encapsuladoras não nomeiam um referente específico; são, antes, usadas, a fim de “recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, resumizando-os e encapsulando-os sob determinado rótulo” (KOCH, 2005, p. 38) [4]. Trata-se de formas híbridas, já que apresentam tanto função

referenciadora quanto predicativa. Tais anáforas encapsuladoras “não só rotulam uma parte do co-texto que as precede (...) mas, ao fazê-lo, criam um novo referente textual” (KOCH, 2005, p.38).

Koch ainda distingue dois tipos dessas anáforas: as que apenas rotulam um segmento de texto, transformando-o em objeto-de-discurso e fazendo o texto progredir, e também as que rotulam, por meio de nominalizações, predicções antecedentes ou subsequentes, representando seus processos e actantes como objetos-acontecimentos. E ainda esclarece que tais anáforas têm força de persuasão, ou seja, “os rótulos (avaliativos), freqüentemente metafóricos, mobilizados para construir os objetos-de-discurso, têm o poder de orientar o interlocutor para determinadas conclusões” (KOCH, 2005, p. 40).

Koch trata também da remissão metadiscursiva, em que a rotulação focaliza a própria atividade enunciativa, de modo a qualificar o segmento rotulado como um determinado tipo de atividade metadiscursiva. Levando em conta os tipos de rotulações metalinguísticas e/ou metadiscursivas discutidas por Francis (1994), a saber: as que designam um tipo de ato de fala, um tipo de atividade linguístico-cognitiva, um processo cognitivo ou um termo metalinguístico, Koch (2005, p. 43) ainda acrescenta as expressões metaenunciativas e/ou de conotação autonímica, que constituem indicadores polifônicos, na medida em que se atribui o segmento mencionado à voz de outro enunciador, do qual o locutor geralmente discorda, ou então, quer distanciar-se.

A respeito das formas nominais referenciais, Monnerat (2007) [5] apresenta, com base em Koch, duas anáforas muito importantes para a análise do *corpus* desta pesquisa: a anáfora especificadora e as anáforas definicionais e didáticas. No primeiro caso, o nome-núcleo da forma nominal é representado por um nome genérico ou pela sequência hiperônimo/hipônimo. Monnerat ressalta que o uso “do hiperônimo com papel anafórico pode ter, também, a função de retomar um termo pouco usual ampliando o nível de conhecimento do interlocutor”. No segundo caso, o nome-núcleo é representado por paráfrases definicionais e didáticas, havendo apenas uma diferença entre elas: nas definicionais, introduz-se primeiro o termo técnico e a definição aparece na expressão referencial, ocorrendo o inverso nas didáticas.

Então, se as categorias e os objetos-de-discurso são entendidos como fenômenos discursivos, sempre construídos numa dimensão discursivo-interacional, o léxico não pode ser visto como um conjunto de etiquetas disponíveis, mas como um material constantemente retrabalhado no discurso.

2 TERMINOLOGIA E OS ESTUDOS DE LINGUAGEM

Os estudos de Terminologia, no panorama das disciplinas acadêmicas, ou mesmo no das diferentes áreas de investigação, apresentaram-se, inicialmente, numa relação de oposição à Linguística. De fato, a Terminologia da vertente tradicional, além da obscuridade no que diz respeito à definição, surgiu pela afirmação daquilo que não era, ou daquilo que não pretendia ser. Seus fundadores não desejavam que a vissem como Linguística. O que interessava a eles eram conceitos e termos, não significados de palavras; além do que se ocupavam da língua de especialidade e não da língua comum.

Essa relação de oposição acabou se deslocando gradualmente para uma relação de complementaridade entre Terminologia e os Estudos de Linguagem. Por essa razão, é necessário recorrer aos fundamentos teóricos da Terminologia, para entender o seu redimensionamento no decorrer dos últimos anos e a sua afirmação como uma importante área de saber.

Dado o caráter polissêmico da palavra, a Terminologia tem sido concebida como um conjunto de termos de uma área específica do conhecimento e também como disciplina ou campo de estudos teóricos e aplicados de conceitos ou termos utilizados nas linguagens de especialidade. (Cf. PAVEL E NOLET, 2002, p. 17)[6]

Por linguagem de especialidade ou linguagem especializada, entende-se aquela usada em um determinado campo do conhecimento, tendo por base o vocabulário e os usos linguísticos específicos desse domínio, com vistas a propiciar uma comunicação sem ambiguidades.

Baseando-se em Rondeau (1984), Krieger e Finatto (2004, p. 24)[7] corroboram o fato de a Terminologia não constituir um fenômeno recente. A presença de línguas de especialidade de uma área do conhecimento remonta à Antiguidade. Basta lembrar a terminologia utilizada pelos filósofos gregos, pelos comerciantes cretas e pelos que se dedicavam à arte militar. De fato, como o homem precisa utilizar a linguagem para se comunicar, acaba criando palavras para expressar conceitos e denominar objetos e processos de diferentes domínios.

A atualidade da Terminologia, conforme mencionado por Krieger e Finatto (2004, p. 25)3, reside no surgimento, na segunda metade do século XX, de um campo de estudos dedicado à Terminologia, como tentativa de fugir da polissemia e das ambiguidades próprias do léxico comum:

Em contrapartida à antiguidade da prática terminológica, seu desenvolvimento mais expressivo, bem como os estudos sobre o componente lexical das comunicações especializadas são relativamente recentes, situando-se na segunda metade do século XX. Apesar dessa atualidade, o reconhecimento formal da existência de vocabulários específicos de determinadas áreas de conhecimento especializado se dá no século XVII, período em que alguns dicionários clássicos da cultura européia incluíram a Terminologia como uma entrada, definindo-a como matéria que se ocupa de denominações de conceitos próprios das ciências e das artes. (KRIEGER E FINATTO, 2004, p. 25)

Assim, a Terminologia foi adquirindo identidade, de forma a constituir-se como uma efetiva área de conhecimento e, nessa medida, de reflexões e práticas inter-relacionadas.

Sob essa ótica, a Terminologia vai avançando no sentido de se recusar a admitir o léxico especializado como um constructo idealizado, sendo que os termos passam a ser concebidos como elementos da linguagem em funcionamento, com todas as implicações daí decorrentes. Sob o enfoque que valoriza o contexto discursivo das comunicações especializadas, a Terminologia se aproxima das teorias que tomam o texto como seu objeto de análise, tais como da Linguística do Texto e das teorias pragmáticas e enunciativas.

A partir desse novo direcionamento, os estudos terminológicos, além de reconhecerem o papel da textualidade e do discurso na constituição dos objetos terminológicos, começam também a interessar-se pelas estruturas e tipologias de textos produzidos nas

comunicações especializadas. Os teóricos começam a perceber que, com base em uma abordagem textual das ocorrências terminológicas, é possível observar o comportamento do termo sob vários planos e ângulos.

3 REFERENCIAÇÃO DISCURSIVA EM ENTREVISTA DA MÍDIA IMPRESSA E SUA RELAÇÃO COM A TERMINOLOGIA

Pretende-se, agora, analisar as formas de referenciação discursiva e suas relações com a terminologia, na entrevista que Celina Côrtes fez com o pesquisador paulistano Miguel Nicolelis e que foi publicada na revista *Isto é*, em fevereiro de 2007. Segundo a entrevistadora, Nicolelis

trocou a Universidade de São Paulo pela de Duke, nos EUA, onde encontrou condições que lhe permitiram desvendar os mistérios do cérebro humano. Uma das maiores autoridades mundiais da neurociência, Nicolelis fez descobertas que servem de base para a medicina do futuro. Entre elas estão as próteses robóticas e os implantes neurais que vão permitir que as células cerebrais sejam reprogramadas para assumir novas tarefas. No final deste mês, ele inaugura, em Natal (RN), o primeiro pólo de educação e pesquisa científica do Brasil. Em uma das frentes, Nicolelis quer que 150 estudantes da rede pública se transformem em cientistas. Convidados por ele, cientistas brasileiros estão voltando do Exterior para viver em Natal. Em parceria com centros de referência nos EUA e na Europa, esse grupo dará continuidade ao trabalho de Nicolelis para aprimorar a capacidade cerebral humana e enfrentar os desafios do próximo século. (CÔRTEZ, 2007) [8]

Desde então, muito se tem ouvido falar das experiências relevantes desse neurocientista, o que justifica a seleção da entrevista para análise.

De certa forma, existem algumas condições que fundamentam o *direito à palavra* que cada sujeito comunicante deve conceder ao outro, para que a troca verbal possa ocorrer. Pode-se dizer, então, que os sujeitos da entrevista sob análise possuem domínio de um determinado *saber*: conhecimentos ligados à neurociência. Basta observar que, quando Nicolelis explica uma das evidências de evolução do cérebro humano – a possibilidade de “caminhar em Marte sem sair de casa”, a pergunta de Celina Côrtes – “A realidade, então, não seria algo concreto, e sim uma construção cerebral?” – denota esse saber partilhado existente entre eles, entrevistadora e entrevistado, já que ambos estão a par dos acontecimentos.

Da mesma maneira, entrevistadora e entrevistado investem-se de *poder*. Levando em conta a entrevistadora Celina Côrtes, pode-se dizer que uma jornalista de revista da mídia impressa, desde que assim reconhecida pelos seus pares, tem o direito de formular perguntas a um entrevistado. Por outro lado, considerando o entrevistado Miguel Nicolelis, pela sua condição de neurocientista, ou seja, pelo seu estatuto socioprofissional, é conferido a ele o *poder* de responder a perguntas como: “O que ainda existe de mistério no funcionamento do cérebro?”, por exemplo. Está instaurada, portanto, a legitimidade.

Quanto à última condição que confere direito à palavra, observa-se que entrevistadora e entrevistado atestam o *saber fazer*, produzindo um texto com a intenção de informar: Celina Côrtes, formulando perguntas, e Miguel Nicolelis, respondendo aos questionamentos. Daí acabam conferindo a si mesmos a credibilidade necessária ao prosseguimento da entrevista. São inúmeras as perguntas, na entrevista com Miguel Nicolelis, visando a que o

entrevistado dê informações sobre o tema em questão e ele assim o faz.

Pode-se ver, então, que o direito à palavra não depende do único fato de que um tomaria a palavra e o outro reagiria. Antes disso, é preciso que o sujeito falante, levando em conta a situação de troca linguageira, satisfaça um certo número de condições e que o outro mostre, por meio de um certo comportamento, que essas condições são satisfatórias para a troca comunicativa, reconhecendo, assim, a lógica da palavra que lhe é dirigida numa dada situação e aí faça existir seu interlocutor.

Voltando-se, agora, ao texto da entrevista, mais especificamente ao título *Os segredos do cérebro*, pode-se dizer que, como introdução referencial, ele apresenta um objeto-de-discurso, sem que haja uma âncora no co-texto. Numa entrevista de divulgação científica, um título como esse, em que se relacionam palavras tão díspares, como *segredos* e *cérebro*, o objetivo não pode ser outro que chamar a atenção do leitor, de modo a criar uma expectativa de leitura. Já na primeira pergunta da entrevistadora da *Isto é*, há uma anáfora co-referencial retomando a palavra *segredos*. Trata-se da palavra *mistério* que, como o objeto-de-discurso anteriormente introduzido, cria uma expectativa no leitor.

No que diz respeito ao texto da entrevista, que se expande pelo par P-R, pode-se verificar que há uma série de recursos gramaticais, como pronomes, elipses, efetuando a retomada de objetos previamente introduzidos, o que garante a progressão referencial do texto. É o que se pode observar no fragmento abaixo, em que se destaca a pronominalização anafórica e são sinalizadas as elipses:

ISTOÉ – Qual seria a saída?

Nicolelis – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. Elas serão cientistas com o que [] tiverem à mão. [] Aprenderão biologia a partir da análise do solo do bairro onde [] moram para que [] percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, [] olharão para o céu e [] passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse. (CÔRTEZ, 2007)

Além desses recursos de ordem gramatical, há também outras formas de referenciação discursiva. Já na primeira resposta do entrevistado, pode-se observar o emprego de uma anáfora especificadora, em que o nome-núcleo da forma nominal *os animais* é representado por um hiperônimo que retoma o hipônimo *macaco*: “Há dez anos, deciframos o tipo de mensagem elétrica enviada pelo cérebro para movimentar um dos braços de um macaco. Depois disso, conseguimos induzir os animais a acionar um braço mecânico como se fosse um de seus membros de verdade.” Decerto, as experiências de implante no cérebro realizaram-se em animais e não em seres humanos. Para proceder a isso, foram escolhidas duas macacas, conhecidas como Ivy e Aurora.

Nota-se, ainda, uma anáfora encapsuladora, utilizada para sumarizar um segmento precedente do co-texto. Por meio de uma nominalização – “um grande avanço” – que representa os processos e actantes como objeto-acontecimento, o leitor é levado a crer na excelência dos resultados obtidos até o momento com as experiências empreendidas em animais:

ISTOÉ – O que ainda existe de mistério no funcionamento do cérebro?

Miguel Nicolelis – Estamos em um estágio avançado. Há dez anos, deciframos o tipo de mensagem elétrica enviada pelo cérebro para movimentar um dos braços de um macaco. Depois disso, conseguimos induzir os animais a acionar um braço mecânico como se fosse um de seus membros de verdade. Recentemente, demos mais um passo trilhando o caminho inverso. Enviamos para a mesma região do cérebro uma mensagem elétrica que se espalhou e foi entendida a ponto de determinar movimentos, fazendo o braço de um dos macacos mexer ora para a esquerda, ora para a direita. Posteriormente, conseguimos definir tarefas mais complicadas como ‘mexa para a esquerda, abaixe e traga essa banana’. Foi um grande avanço. (CÔRTEZ, 2007)

Convém ressaltar, ainda nessa primeira resposta do entrevistado, a presença de uma anáfora indireta. Quando Nicolelis usa a palavra *banana*, remete à âncora *macaco* e a reativa, colocando-a novamente em foco, numa recuperação indireta, visto que se faz por meio da ativação do conhecimento enciclopédico do leitor. A refocalização ocorre de tal forma que torna procedente a pergunta seguinte: “Como o cérebro dos animais recebe esses sinais?”.

Outra anáfora indireta, presente no texto da entrevista, ocorre na sexta resposta, em que Nicolelis utiliza a palavra *estímulo*, referindo-se à *informação* enviada ao cérebro para promover a execução de tarefas. No entanto, somente no contexto da entrevista é que se pode fazer tal associação. Trata-se de uma anáfora indireta mais inferencial:

ISTOÉ – Então seremos meio máquinas?

Nicolelis – As chances são grandes, mas a idéia de ciborgues é totalmente exagerada. Nossas pesquisas indicam que o cérebro evoluiu em formas de comunicação que extrapolam os limites do nosso corpo, mesmo com uma capacidade de aprendizado contínuo. Se o organismo humano recebe uma informação, acaba se adaptando com os recursos de que dispõe para dar uma resposta a esse estímulo. Estamos testando em laboratório o que aconteceria caso conectássemos o cérebro a um sensor de campo magnético ou de infra-vermelho. A tese é a de que ele irá se adaptar para interagir. Se isso acontecer, será uma prova de que teremos condições de responder a estímulos que não se limitam ao toque ou ao raio de visão, como as já citadas ondas eletromagnéticas. (CÔRTEZ, 2007)

Além disso, observam-se também as paráfrases anafóricas definicionais, cuja função é elaborar definições em relação a objetos-de-discurso anteriormente introduzidos, como ocorre na segunda resposta do entrevistado, em que a expressão *córtex motor* é definida como “a área responsável pelos movimentos do corpo”, ou então, em que a expressão “um chip” é definida como “dispositivo”.

Na décima resposta, também se pode apontar outra ocorrência em relação à expressão *plasticidade neural*:

ISTOÉ – É possível programar outras regiões do cérebro para realizar um comando?

Nicolelis – Isso se chama plasticidade neural e é feita por meio de chips implantáveis que nada mais fazem do que recrutar neurônios para substituir os que não funcionam mais. Para isso precisamos reagrupar pelo menos mil células sadias. Em casos de acidentes, com perda de massa cerebral, muitas vezes não conseguimos reagrupar um número suficiente de células. (CÔRTEZ, 2007)

E mais uma ocorrência na décima sexta resposta, em que *ATR* é definido como “um dos mais renomados centros de robótica do mundo”.

Assim, pode-se confirmar o que Koch afirma em relação a tais formas de referenciação textual: “Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar importante dos gêneros didáticos e de divulgação científica.” (2006, p. 146)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde verificar, subjacentes aos enunciados produzidos pelos sujeitos comunicantes, ao longo da entrevista, estão as escolhas lexicais; os modos de formulação de perguntas e respostas; a presença de termos da área científica, cuja formulação discursiva adotada para a compreensão pelo leitor denota a imagem do enunciador: um(a) jornalista e um(a) pesquisador(a) comprometidos(as) com a audiência. Assim, os sujeitos comunicantes, a partir de paráfrases definicionais, por exemplo, em que primeiro introduz-se o termo técnico para depois apresentar-se a definição na expressão referencial, vão construindo objetos-de-discurso, totalmente relacionados à terminologia da área de especialidade, o que garante, como apontam os estudos terminológicos, a eficácia comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- [2] KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- [3] CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In.: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- [4] KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In.: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- [5] MONNERAT, Rosane Santos Mauro. *Entre masculino e feminino: representações sociais na linha do tempo – Seleção lexical e referenciação no desvelamento de perfis identitários*. Pesquisa de Pós-Doutorado, UFMG, 2006/2007, p. 79-87, mimeo.
- [6] PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de Terminologia*. Quebec, Ministro de Obras Públicas y Servicios Gubernamentales de Canadá, 2002.
- [7] KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- [8] CÔRTEZ, CELINA. Os segredos do cérebro: entrevista com Miguel Nicolelis. In.: *Revista Isto é*, 2007. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/1236_OS+SEGREDOS+DO+CEREBRO+